

## **SERGIPE SEM MEDO DE MUDAR!**

*"Precisamos ouvir as vozes das ruas e construir um novo modelo de governo com e para as pessoas. Para isso o poder público não pode se comportar como um balcão de negócios deve funcionar como um instrumento de promoção do interesse público e da dignidade humana!"*

*Márcio Souza*

Sergipe é um estado que possui muitas fontes de riqueza, seja de ordem mineral, produção de alimentos, cultural e suas belezas naturais, entretanto, continua com altos índices de injustiça social. Um estado com traços da velha política coronelista do voto de cabresto, da compra de voto escancarada e de duas ou três famílias disputando o poder dos municípios e do estado, característica que se constitui como sua marca histórica.

Após a ditadura militar e uma sequência de governos conservadores, truculentos e completamente ligados aos latifundiários e industriais do estado, como João Alves, Valadares e Albano Franco, em 2010 o governo Déda foi eleito com Amorim, Jackson e Valadares, Fábio Reis, André Moura e Laercio Oliveira na mesma chapa. Uma salada mista de políticos de todo tipo que simboliza, para nós, de forma muito nítida a falência política do estado expressa na tática de *conciliação de classe*.

Dando continuidade a tais práticas, Jackson Barreto chega ao comando do governo eleito em 2014 através de um projeto orquestrado por uma aliança entre o PT/PMDB/PSB liderada por Déda, Jackson e Valadares, fruto de uma frente popular que após três governos, e que

atualmente se encontra exaurido, desgastado, pois, tem levado o estado ao caos com atrasos e parcelamentos de salários dos servidores ativos e aposentados e se destacou negativamente como estado mais violento do país.

Tal tendência apresentada pela atual administração rendeu o título de pior governo da história de Sergipe para o Jackson, a proa disso é o endividamento do estado e a destinação da maior parte da verba do orçamento para o pagamento da dívida pública, a exemplo do PROINVESTES, dívida que deveria ser suspensa e auditada para que tivéssemos dinheiro para os direitos sociais, como educação, transporte, moradia, saúde e segurança. No campo avança o agronegócio, com a cana e o eucalipto, enfraquecendo a agricultura familiar e as comunidades extrativistas e de pescadores. A seca, mais uma vez massacrou o sertão sergipano, e o governo não deu respostas à altura até o momento.

Hoje, sob uma conjuntura à sombra do Golpe sofrido em 2016, contra a democracia e contra os direitos da população e que também atinge Sergipe diretamente, necessitamos de um programa de governo que esteja alinhado com a grande tarefa de manter o combate que os setores progressistas, sindicalistas e movimentos sociais efetuaram nas ruas, com greves gerais e mobilizações pelo Fora Temer e contra as reformas trabalhistas e previdenciárias confrontando o governo golpista e seus aliados, estabelecendo um diálogo direto com os protagonistas destas frentes de batalha, de modo a construir a unidade na luta e também nas eleições, para uma vez juntos, emprendermos um bom combate.

Um programa sério que se preze deve ter a responsabilidade de diante da situação precária de diversas áreas da administração do Estado, ter um plano emergencial com medidas que possam ser realizadas nos primeiros seis meses, de modo eficiente, para realizar uma verdadeira *revolução democrática*, transformando toda a estrutura do nosso estado com a efetiva participação popular permeada por formulações

transversais de mulheres, negros e negras, LGBTI+ e de pessoas com deficiência, em um diálogo franco e aberto respeitando as particularidades de cada região do estado, todos caminhando como um só, em direção de um Sergipe sem medo de mudar.

Nosso programa visa responder aos inúmeros problemas e aponta concretamente um sentido de *mudança e renovação*, elaboramos um plano de ação que visa enfrenta-los efetivamente atingindo diretamente em suas raízes nos próximos quatro anos.

#### **APONTAMENTOS TEMÁTICOS**

*A educação pública é prioridade.* São necessários mais investimentos públicos, valorização dos educadores e profissionais da educação, combate à privatização e terceirização, tanto da política pedagógica, como o caso dos programas adquiridos com recursos públicos ao terceiro setor e empresas, como das funções, a exemplo de vigilantes, merendeiras, etc. O piso salarial dos professores é lei e deve ser implementado, sem desestruturação da carreira dos professores conquistada historicamente.

*Políticas de formação para os trabalhadores da educação e realização de concursos públicos.* É necessário discutir amplamente a importância de uma universidade pública estadual e estabelecer um processo de expansão da rede federal (IFS e UFS) de forma qualificada contrariando o atual modelo de expansão precária que vem sendo imposto pelo governo.

*A ampliação e estruturação das creches e garantia de horários estendidos, oferta de esporte nas escolas, aulas de música, teatro, dança; a gestão democrática das escolas, reforma das escolas e a garantia de políticas de permanência para os estudantes em todos os níveis também são medidas importantes.* As diversas mobilizações de

estudantes, professores, técnicos e funcionários devem ser apoiadas e não criminalizadas.

*Economicamente* Sergipe é ainda bastante dependente dos repasses do governo federal, do agronegócio e das poucas indústrias que são atraídas mediante isenção fiscal e outros benefícios. Há no último período uma política de aquisição de empréstimos que aumenta o endividamento e prejudica os trabalhadores, pois boa parte do dinheiro é empregado para pagamento da dívida pública e obras, em detrimento dos direitos sociais.

Os royalties do petróleo também são outro importante destaque, pois, não são revertidos para a maioria da população, bastando observar as precárias condições de vida nos municípios que detém uma boa arrecadação com essa fonte.

Um programa de governo que se propõe sério deve se apresentar em defesa da estatização da Petrobrás, *EMBRAER*, *DESO*, *CORREIOS E ELETROBRÁS* e se comprometer *contra o fechamento da FAFEN*.

A questão da *moradia* é um dos problemas mais graves do país. Em uma análise recente no estado, constatou-se um déficit de 82 mil moradias na grande Aracaju e 880 mil unidades em todo o Sergipe. As causas são variadas com destaque para a especulação imobiliária que, através das grandes construtoras, define a quantidade, o tipo e a localização das moradias.

Nesse contexto o programa "*Minha casa, minha vida*" e a construção de alguns poucos conjuntos habitacionais de moradia popular não chegam sequer perto de suprir a necessidade real, por isso a cada dia crescem o número de ocupações urbanas e rurais, em prédios públicos ou casas populares. Em boa parte dos casos o poder público tem optado pela truculência, pelo uso da força e da criminalização dos sem teto.

A outra face do problema da moradia ficou explicitado durante a histórica greve da construção civil que levou milhares de trabalhadores às ruas, pois se por um lado avança o mercado imobiliário, por

outro pioram as condições de trabalho e salário, com super-exploração dos operários. A ausência de Plano Diretor em Aracaju é um exemplo da falta de prioridade dos governos com a moradia.

Defendemos uma política pública efetiva de garantia a moradia popular digna - *Desapropriação de terrenos públicos e privados que não cumprem função social*. É necessário defender o direito a moradia dentro de uma estrutura que tenha modos de organização da vida com o financiamento público para hortas comunitárias, restaurantes e lavanderias populares, Centros de cultura comunitários, garantia de espaços para a prática de esportes em comunidades e escolas. Doação de terras às ocupações de moradias urbanas e rurais, como a ocupação do Centro Administrativo, paralelo a garantia de política pública de construção de moradias dignas.

*O serviço público é um dos destaques de emprego no estado*, mas, a lógica neoliberal que tem prevalecido no país e em Sergipe nas duas últimas décadas tem prejudicado o fortalecimento desse setor, por conta da ideologia de que o serviço público é ruim e não merece investimentos.

Os servidores acumulam muitas perdas e o acirramento político também é grande em diversas categorias. O não reajuste salarial garantido pela Constituição Federal por dois anos consecutivos é apenas um dos exemplos. Os problemas salariais, de condições de trabalho e terceirização são generalizados. Os funcionários de escola recebem menos de um salário mínimo por mês, os professores tiveram perdas significativas na carreira; é preciso abrir um debate acerca do fim da Lei de Responsabilidade Fiscal no sentido de que uma lei não pode ser cumprida apenas para prejudicar os trabalhadores.

*As questões agrárias e a defesa do meio ambiente* são alguns dos pontos mais urgentes e atuais no debate público. O agronegócio, a produção da soja e agora também com o auxílio da carcinocultura, além das mineradoras e empresas de produção de energia,

avançam no estado, prejudicando os pequenos agricultores, aumentando a desigualdade social, a destruição do ambiente e inviabilizando a reforma agrária. Há ainda muitos sem terra que não conquistaram o direito à terra para produzir e viver e estão em acampamentos precários principalmente as margens de rodovias, além da ameaça constante de perda dos territórios pelas comunidades quilombolas.

*Os manguezais vêm sendo destruídos paulatinamente*, como no caso das obras nas cidades de Socorro, Barra dos Coqueiros e em Aracaju, mais precisamente no Bairro Treze de Julho, na região do Jabotiana e na Zona de Expansão. As comunidades de pescadores e marisqueiras têm encontrado maiores dificuldades para desenvolver as suas atividades, assim como outros grupos sociais a exemplo das catadoras de Mangaba.

Há ainda uma necessidade urgente relacionada à *preservação dos rios e defesa da qualidade da água* que chega à torneira da casa dos sergipanos. O lixo também é um problema crônico com monopólio de empresas de coleta e tratamento além dos desrespeitos as leis trabalhistas.

No âmbito do trabalho das *comunidades camponesas e quilombolas*, urge desenvolver uma política de Geração de emprego e renda para comunidades tradicionais, através do turismo e outras políticas definidas com as comunidades respeitando sua autonomia nos processos decisórios.

*O transporte é fundamental para o desenvolvimento de econômico e social* da população sergipana. Contudo, assim como os demais direitos é tratado como uma mercadoria e é extremamente precário.

Há uma prioridade para as rodovias e a não discussão da utilização de outras formas como o transporte ferroviário e hidroviário. Por conta desta opção há um encarecimento das passagens e a

prioridade para o transporte individual o que aumenta o número de acidentes, engarrafamentos e poluição.

Outro problema são as rodoviárias. Nos municípios onde ainda existem, estão em péssimas condições e sem conforto ou segurança para os passageiros, e o sistema Coopertalse é insuficiente.

No caso da grande Aracaju deve ser acrescentado o caos do *sistema de transporte coletivo*. Os empresários do transporte são importantes financiadores de campanha, portanto, há grande submissão do poder público em relação ao privado, colocando os interesses da maioria da população em segundo plano para que seja atendida a taxa de lucro de pequenos grupos econômicos e políticos.

A construção de grandes obras, como abertura de avenidas e construção de viadutos não resolvem o problema, é preciso garantir um transporte público e de qualidade e que atenda a demanda de mobilidade tanto no estado quanto nos municípios.

*A segurança pública* é observada somente do ponto de vista da polícia ostensiva e do aumento do número do efetivo, de mais viaturas, armas e presídios. Isto é, cuida do problema a partir das consequências e não das suas causas. É necessário retomar a discussão da desmilitarização da polícia militar, enfrentar as empresas de segurança privada e principalmente ampliar a discussão da segurança para a garantia de direitos.

Sem dúvida a exclusão dos trabalhadores em relação aos direitos básicos são os principais fatores para o aumento da criminalidade. Retirada da Força Nacional das terras sergipanas; Políticas públicas de formação em Direitos humanos para corpo de servidores da PM; Unificação da polícia; Defesa da vida das mulheres; Políticas públicas efetivas de prevenção, combate e enfrentamento ao machismo, com destaque para

violência contra a mulher, feminicídio, estupros e violência doméstica; Garantia de acolhimento e acesso as medidas protetivas do estado, que garantam segurança a vida as mulheres que já realizaram denúncia dos agressores (construção de mais abrigos); Funcionamento contínuo da DAGV 24h/dia, inclusive em dias de feriados e fins de semana (que são os dias que mais acontecem os casos de violência contra mulher); Políticas públicas efetivas de prevenção, combate e enfrentamento ao racismo e extermínio da juventude negra; Campanhas educativas e formação continuada para servidores públicos (da saúde, segurança, educação) sobre questões de gênero, machismo, racismo, homofobia e transfobia, misoginia... Como forma de reduzir tais ocorrências em instituições públicas, hospitais públicos, escolas e áreas públicas.

Defesa de *mais verbas para a cultura*, ampliação e acesso para a classe trabalhadora em museus, teatros, cinemas, etc., valorização dos grupos culturais para além dos festivais nas cidades. Denúncia do esquema de shows com valores de cachês fraudados na prestação de contas e combate à exclusividade da política de editais que limitam os artistas, que por muitas vezes são cooptados em troca de favorecimento de alguns grupos com relações políticas melhor estabelecidas. Contra a privatização e elitização dos espaços de cultura e valorização salarial e trabalhista dos trabalhadores da cultura.

*A saúde pública também está entre as prioridades de um governo voltado para as trabalhadoras e trabalhadores*, contudo, não apenas as questões mais emergenciais de estrutura, equipamentos e funcionamento dos postos de saúde, hospitais, etc. É necessário fortalecer outra concepção de saúde, dando destaque a prevenção, Programa de Saúde da Família, como garantia de direitos básicos.

Portanto, falar sobre melhorias das condições de moradia, da qualidade da água, *saneamento básico e rede de esgoto*, tem muito a ver com a discussão da saúde pública. São necessários, assim, como os demais direitos, maiores investimentos públicos e garantia de gestão pública, *contrariando a lógica de privatização* imposta através da Fundação Hospitalar de Saúde e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH.

É necessário mais concurso público e garantia dos direitos trabalhistas e a isonomia entre todos os trabalhadores da saúde, além da defesa de pautas importantes como a *redução da jornada das enfermeiras para 30h*. É fundamental discutir o *Hospital do Câncer* em conjunto com a estruturação da rede pública hospitalar existente e uma atenção especial com a ampliação e estruturação das maternidades.

Estabelecer uma política efetiva de garantia de acesso e assistência à *saúde para população negra*, com destaque para portadores Anemia falciforme. *Garantia de acesso, assistência e promoção à saúde (contínua) para pacientes renais crônicos e mulheres portadoras de câncer de mama* (sem interrupções no atendimento de hemodiálise, diálise, quimioterapia ou radioterapia, por exemplo); *Investimento e fortalecimento das maternidades públicas estaduais* (aumento do investimento financeiro e concurso público para profissionais de todas as áreas); Construção da primeira *Casa de Parto estadual*, política pública de *garantia ao parto humanizado*, não a violência obstétrica; Garantia efetiva do *direito ao aborto legal*, em casos que já são permitidos por lei; *Contra criminalização do aborto, e defesa da ampliação do aborto legal, seguro e público pelo SUS*; Garantia de *Incorporação dos trabalhadores concursados da FHS*, a administração direta, como servidores públicos. Auditoria da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), e extinção da mesma. *Não a privatização da saúde!*

Na gestão pública, a *democratização do Estado e o combate à corrupção* são essenciais. O aumento da transparência e o fim das relações privatistas e clientelistas no interior das instituições são urgentes. Medidas como o *fim das verbas de subvenção e do voto secreto para todas as questões na Assembleia Legislativa, concurso público para o Tribunal de Contas do Estado, redução dos super salários dos juizes e desembargadores* são alguns exemplos.

A reforma política é um mecanismo importante, contudo não é possível fazer política para transformar a sociedade de fato esperando que a democracia representativa resolva os problemas da

classe trabalhadora. Os protestos afirmam claramente que a participação política, a ação direta e a busca constante por espaços democráticos de discussão e decisão são mais prioritários.

Para isso, é necessário também *combater a máfia da construção civil, transporte e latifúndio; incidir sobre a tarifa zero no transporte público; democratizar os mandatos eleitos; políticas públicas efetivas e específicas que garantam formação, emprego e renda para mulheres desempregadas do campo e da cidade; desenvolver Políticas públicas efetivas de prevenção, combate e enfrentamento ao racismo e extermínio da juventude negra* criando e fortalecendo as oportunidades de educação, lazer e trabalho cooperativo e solidário nos municípios sergipanos.

*Equidade de direitos em todos os espaços de poder* para a população negra do campo e da cidade da favela, dos terreiros, garantir políticas de equidade auditoria da dívida pública.

### ***PROPOSTAS URBANAS ECOSOCIALISTAS.***

Um programa de governo que vise o bem estar da comunidade não pode estar dissociado das questões ambientais e deve trazer no seu bojo propostas que supram demandas que visem o equilíbrio entre o homem e a natureza. É por esta razão que apresentamos os itens a seguir.

“Garantir ao pobre o que é do pobre”- Regulamentação fundiária gratuita aos pobres;

“Retomada Urbana” - Política de moradia popular com saneamento básico com painel solar (desapropriação por função social dos terrenos e prédios com dívida maior do que o valor de mercado) encaminhar propostas visando revisar o conceito de família (com juventudes) usado nos programas de habitação popular;

“Vive Comunidade”- Construção de restaurantes, lavanderias e hortas comunitárias.

*A proposta do PSOL para esta eleição visa reverter todo o quadro de exclusão social, de corrupção, de defesas de interesses privados e de privilégios sobre o interesse público. O PSOL acredita na restauração da autoestima do cidadão sergipano e sua participação nos espaços de discussão política, ativamente na construção de reformas democráticas radicais transformando a política econômica e social do estado através do poder popular.*

## **PRIORIDADES**

Para mudar SERGIPE, temos o compromisso com três prioridades de trabalho que serão realizadas a partir do seu primeiro dia no governo até o fim do mandato:

### ***TRANSFORMAR A ESTRUTURA DO ESTADO - COM PARTICIPAÇÃO POPULAR - PARA MUDAR A VIDA DAS PESSOAS***

A estrutura de Estado tem sido organizada para defender interesses das elites fortalecendo a desigualdade. Em nosso governo, diversas relações institucionais e contratos do Estado com entidades públicas ou privada devem passar por processos de auditoria, revisão, transparência e reversão, no caso de projetos contrários ao bem comum.

Retomaremos a gestão direta valorizando os trabalhadores, buscando a horizontalidade das relações de trabalho e, desta forma, garantindo a participação real na gestão dos serviços do estado, acabando com cargos de confiança e diminuindo os custos do alto escalão do governo. Nós iremos inaugurar uma nova relação do cidadão com o Estado. A prioridade é ter um governo eficiente que irá construir o poder e ações em conjunto com a população através de: consultas plebiscitárias que irão definir um plano estadual de ação e planos regionais de ação, além dos laboratórios de participação popular.

## **INVESTIMENTO E OPORTUNIDADES PARA A JUVENTUDE**

O governo tem um compromisso de investimento e oportunidade para os mais jovens. O desejo dos mais jovens é de transformar suas próprias vidas e a sociedade a partir tanto do poder popular quanto de reais oportunidades educacionais. Nosso programa está comprometido em manter a juventude ligada com a escola de ensino médio, técnico e também com a universidade através de transferência de renda via projetos de bolsas, estágios e monitorias que irão combinar desenvolvimento educacional e comunitário, combatendo o desemprego e o trabalho precário.

## **ENFRENTAR E REDUZIR AS DESIGUALDADES COM DIREITOS SOCIAIS**

Mobilizaremos variadas áreas governamentais para enfrentar cotidianamente este desafio. Isso deve passar pela mudança e diversificação do modelo de desenvolvimento garantindo trabalho e renda aos mais pobres. Diminuição dos custos dos transportes, reduzindo tarifas em direção ao passe livre. Tudo isso mediado pela captação de recursos oriunda das mudanças tributárias regressivas, com alíquotas progressivas e cobranças de grandes empresas devedoras.

## **PLANO DE MEDIDAS URGENTES (PARA OS SEIS PRIMEIROS MESES DE GOVERNO)**

É visível que a situação do estado de Sergipe nas mais diversas áreas é grave, e por esta razão faz-se necessário a tomada de algumas medidas de caráter emergencial. Elencamos a seguir algumas que acreditamos ser essenciais. As diversas áreas da gestão estadual vão passar por cinco processos:

1. Auditoria de contratos e dívidas envolvendo a gestão pública;
2. Ações ativas de transparência dos gastos públicos nos setores governamentais;

3. Revisão e reversão de ações e projetos *CONTRÁRIOS AO BEM COMUM* - como privatizações que transformam direitos em mercadoria;
4. Redução dos custos dos altos escalões do governo e das secretarias (austeridade com o governo e não com os direitos do povo) e redução dos cargos de confiança;
5. Realização concursos públicos para órgãos estaduais que estejam com déficit de servidores e garantia de cotas étnico-raciais em todos eles.

### ***EIXOS DO PROGRAMA: PODER POPULAR***

Criar formas de compartilhar poder e garantir o poder popular será uma das prioridades do governo. Ao invés da burocracia que beneficia as elites e a corrupção, nós vamos implantar uma forma eficiente e revolucionária de administrar o estado junto com as pessoas. Não vamos interferir no Poder Legislativo, mas compartilhar ações do Poder Executivo.

Para isso, desde o primeiro dia do nosso governo, vamos iniciar um processo de criação compartilhada dos *PLANOS REGIONAIS DE AÇÃO*, do *PLANO ESTADUAL DE AÇÃO* e dos *LABORATÓRIOS DE PODER POPULAR*. Os planos regionais de ação, assim como o plano estadual de ação não serão baseados apenas nos consensos construídos entre os debates populares, mas as diferenças serão submetidas a duas *CONSULTAS PLEBISCITÁRIAS* que serão realizadas pelo poder executivo após seis meses de governo e depois de dois anos. Nós iremos inaugurar uma nova relação do cidadão com o Estado.

### ***PROPOSTAS***

- Criar e articular nas diferentes regiões do estado assembleias populares que irão seguir uma metodologia de debates para definir prioridades regionais e propostas para os *PLANOS REGIONAIS DE AÇÃO* e para o *PLANO ESTADUAL DE AÇÃO*;

- Criar *LABORATÓRIOS DE PODER POPULAR* nas diferentes regiões do estado, com o desenvolvimento de protótipos de autogestão dos trabalhadores – de acordo com manifestação de interesse dos envolvidos - e comunidades em escolas, serviços de saúde, parques estaduais, serviços da segurança pública e outros;
- Definir em conjunto com a população nos planos regionais de ação: ampliação dos trajetos das linhas intermunicipais; prioridades para construção de ciclovias intermunicipais, prioridades para melhorias comunitárias a serem realizadas pelos estudantes bolsistas;
- Realizar espaços temáticos e intersetoriais nos territórios, fortalecendo as conferências, conselhos ou planos estaduais por áreas – saúde, cultura, educação, habitação, assistência social, ambiente, segurança pública – como um poder deliberativo sobre políticas públicas e uso do orçamento;
- Democratizar todas as Secretarias, assim como os diversos poderes estaduais, com gestões inclusivas em relação às pessoas com deficiências, disseminando concepções inclusivas em todas as áreas, ampliando a acessibilidade e garantindo a comunicação respeitando as especificidades;
- Reorientar o sentido estratégico da Secretaria Estadual da Pessoa com Deficiência – que deverá ser ocupada por uma pessoa com deficiência. Afirmar as deficiências como diferenças, colocando no âmbito dos direitos sociais, incentivando tanto pesquisas nesta área quanto o poder popular das pessoas com deficiência;
- Criar o poder popular nas instituições de ensino para livre organização dos estudantes, com participação direta de coletivos e movimentos criados pelos próprios discentes e com acesso a estruturas tanto de mobilização - espaços físicos e recursos gráficos – como de decisões;

- Promover eleições diretas de diretores e coordenadores pedagógicos através em todas as escolas da rede estadual de Sergipe, com participação da comunidade escolar;
- Criar controle popular do sistema de Justiça com a criação de conselho externo do Poder Judiciário, do MP e da Defensoria, formado e escolhido pela sociedade civil, e a criação de Ouvidorias Externas no MP e no judiciário;
- Fortalecer a autogestão na construção de moradias populares, ampliando a ação para a política de lotes urbanizados e melhorias habitacionais, em especial vinculadas a movimentos sociais;
- Criar duas *CONSULTAS PLEBISCITÁRIAS*, com seis meses e dois anos, para decidir conjuntamente com a população o *PLANO ESTADUAL DE AÇÃO* que irá determinar as ações do poder executivo, assim como questões dos *PLANOS REGIONAIS DE AÇÃO* que não foram consensuais.

## ***FINANCIAMENTO***

As desonerações fiscais, cujas informações são mantidas a sete chaves pelo governo, assim como o pouco empenho em cobrar os grandes devedores do estado implicam em uma gigantesca perda de receitas para o Estado. Vamos mudar esta realidade para poder financiar os direitos sociais com fiscalização e cobrança dos muito ricos e propostas de alíquotas progressivas que possibilitem aproximar o estado de uma justiça tributária. Os empresários precisam contribuir com a infraestrutura do estado e os mais pobres não podem carregar o peso das desonerações dos ricos.

## **PROPOSTAS:**

- Revisão imediata das desonerações com a criação das desonerações progressivas: desonerações para produtos da cesta básica e alíquotas maiores para produtos de luxo;

- Transparência nas desonerações e explicitação dos devedores do estado;
- Combater a sonegação e realizar projetos de revisão e cobrança dos grandes devedores do estado;
- Garantir que o orçamento forneça serviços públicos e de qualidade pelo estado, com valorização dos trabalhadores. Cumprir a legislação que determina o reajuste salarial dos trabalhadores estaduais de todas as secretarias e o piso estadual;
- Apresentação de destinação de verba estadual na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a efetivação de políticas públicas voltadas para à população LGBTI+, para às mulheres, negros e negras e pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e quilombolas;
- “Acolher para Fortalecer”- casas de acolhimento mulheres, crianças, LGBTI+ e refugiados, com levantamento de pessoas LGBTI+ em situação de rua;
- Proposição de políticas de cotas na esfera estadual e municipal para inserção no mercado de trabalho em especial a população trans, promover políticas de formação especializada para inserção no mercado de trabalho através de criação de cursos técnicos e preparatórios para o vestibular, direcionados a este segmento da sociedade revendo os formatos das escolas;
- Aumentar a agilidade e a eficiência dos processos de compras (centralizadas ou regionalizadas), visando suprir mais rapidamente as demandas das secretarias como as da educação – nas compras de livros, materiais, uniformes, merenda e excursões – com fiscalização a partir do poder popular;
- Consulta para destinação dos Royalties e lucro do Banese.

## ***EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM RESPEIRO E VALORIZAÇÃO DAS EDUCADORAS E EDUCADORES.***

É imprescindível garantir o acesso de todos à educação pública, inclusiva, laica, gratuita, sem preconceitos e com qualidade. Com políticas para ampliação do acesso, à garantia de permanência e à conclusão da formação com êxito em todas as etapas e modalidades educacionais.

Reverter projetos contrários ao bem comum, como as ações de privatização da educação, inverter prioridades e ampliar os recursos destinados à educação, principalmente para regiões mais pobres e com maiores déficits educacionais, realizando uma transformação nas escolas com efetiva construção do poder popular dos estudantes, professores e da comunidade escolar devem estar na ordem do dia.

Com uma nova dinâmica de cooperação do estado com as prefeituras o estado vai investir na organização comunitária do transporte escolar, alimentação e uniformes, cooperando com a construção e equipamentos de creches e escolas de ensino fundamental, possibilitando que os municípios tenham mais recursos para educação. Em conjunto com os municípios criaremos um sistema de busca ativa de matrículas para garantir a permanência na escola e o analfabetismo zero, assim como um projeto de transferência de renda para estudantes do ensino médio.

### ***PROPOSTAS***

- Assumir responsabilidades com gastos de transporte escolar, alimentação, uniformes – organizando a partir das comunidades – possibilitando que os municípios invistam diretamente na escola e nos projetos educacionais;

- Criar o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) estadual, seguindo o modelo de Paulo Freire, em colaboração com movimentos sociais e outros parceiros, de forma a zerar o analfabetismo no estado;
- Valorizar os trabalhadores da educação com boas condições de trabalho, com liberdade de expressão e pensamento crítico, contratação dos trabalhadores via concurso, planos de carreira, profissionalização dos agentes educacionais, formação e alternativas de dedicação exclusiva;
- Diminuir a média de alunos por turma, para 20 alunos nas classes de alfabetização, 25 no Ensino Fundamental e 30 alunos no ensino Médio, de forma a atender com maior qualidade os estudantes da rede estadual;
- Combater com busca ativa a evasão de alunos no Ensino Fundamental e Médio. Ampliar para 100% o acesso e a conclusão do ensino médio com projeto de transferência de renda para estudantes através de bolsas, monitorias e estágios associados com trabalhos comunitários;
- Realizar reformas de manutenção e ampliação dos espaços escolares, propiciando as escolas tenham quadra coberta, biblioteca, laboratórios, refeitório e internet banda larga, com fornecimento dos equipamentos necessários, de acordo com as demandas do poder popular;
- Diminuir gradativamente o número de períodos nas escolas de Ensino Fundamental, para a implantação gradativa da escola em período integral de 7h horas diárias, de acordo com as demandas do poder popular escolar;
- Destinar verbas a todas as escolas de forma planejada, contínua e desburocratizada para o desenvolvimento de seus Projetos Político

Pedagógicos, sem que, com isso, o Estado se desresponsabilize de suas obrigações;

- Garantir ampla acessibilidade às pessoas com deficiência e investir em formação pedagógica e fornecer os materiais e recursos necessários para uma efetiva inclusão;
- Criar políticas que promovam debates escolares que fortaleçam uma educação libertadora, incluindo discussões sobre educação sexual, gênero, combate ao racismo e aos preconceitos como a LGBTfobia;
- Fortalecer a educação indígena, quilombola, dos povos atingidos por barragens, das populações em risco social e em situação de privação de liberdade com investimento e formação;
- Investir em novos modelos de educação diversificados –multiseriados -, entrelaçando com experiências municipais e dos LABORATÓRIOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR;
- Criar uma Universidade Estadual pública.

## ***SAÚDE***

A saúde é um direito e não mercadoria. Por isso faz-se necessário compreender a saúde em sua complexidade envolvendo outros direitos sociais. A defesa de um Sistema Único de Saúde público, gratuito, estatal e de qualidade é premissa fundamental e desta forma, nosso governo irá rever a estratégia privatizadora contrária ao bem comum que vem sendo utilizada no estado de Sergipe.

A reforma da administração direta que vamos realizar – com valorização dos trabalhadores e poder popular – irá melhorar significativamente os serviços de saúde, ampliando o atendimento das demandas de cada região. Vamos coordenar e articular regionalmente as redes de atenção à saúde de modo a reduzir iniquidades entre municípios causadas por insuficiência na arrecadação e melhorar em todo estado a qualidade da saúde, fazendo a inclusão nos serviços das pessoas com maior vulnerabilidade.

### ***PROPOSTAS***

- Valorizar o trabalhador dos serviços de saúde, com aumento salarial e garantia de condições dignas de trabalho, além de novas contratações pela retomada de unidades terceirizadas pelas gestões passadas;
- Auxiliar departamentos regionais e prefeituras na resolução local de necessidades de saúde, evitando superlotação de hospitais, além de revisar e dar transparência às filas de vagas no SUS, aumentando a eficácia de atendimentos de alta complexidade;
- Ampliar e articular as Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) no cuidado de pessoas com sofrimento psíquico através de suporte qualificado aos municípios e aos profissionais, valorizando práticas de inserção nos territórios;
- Atuar a partir da redução de danos nos serviços que atendem pessoas que fizeram uso abusivo de álcool e outras drogas e fiscalizar comunidades terapêuticas com auditorias de contas e prontuários coibindo práticas manicomialis;
- Promover acesso de populações atualmente excluídas do sistema de saúde, com respeito ao nome social e identidade de pessoas

transgêneros, garantindo acessibilidade a todos nas unidades de saúde com infraestrutura e treinamento de pessoal;

- Garantir acesso ao pré-natal de qualidade com atendimento digno durante o trabalho de parto e puerpério, inclusive em situações de abortamento. Garantir a presença de doulas nos estabelecimentos de saúde e programas de incentivo ao aleitamento materno;
- Garantir acesso e atendimento respeitoso a quem busca a realização de aborto legal, pela ampliação das unidades capacitadas para a realização do procedimento e treinamento de pessoal;
- Integrar os serviços de Assistência Social e dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador à Atenção Básica, promovendo o acesso de quem mais precisam aos serviços de saúde;
- Garantir atendimento respeitoso a pessoas travestis, transexuais e transgênero, com abertura de ambulatórios de referência para essa população, com os profissionais adequados para a promoção de seu acesso ao sistema de saúde;
- Garantir o financiamento dos hospitais estaduais – inclusive os universitários – dando fim ao fechamento de unidades e diminuição do número de leitos, atendimentos e procedimentos. Criar brinquedotecas nas unidades com atendimento pediátrico em regime de internação.

## **TRABALHO E RENDA**

Nos últimos dois anos assistimos a uma verdadeira extinção dos postos de trabalho, presenciamos uma verdadeira escala dos índices de desempregados no país, e em Sergipe não foi diferente, demissão em massa de fábricas, fechamento de lojas e pequenos pontos comerciais.

Além da grande massa de trabalhadores que perderam seus empregos nos últimos anos, sabemos que o desemprego também atinge de forma dramática a juventude, e por isso vamos realizar um efetivo trabalho de manter os jovens nas escolas de ensino médio, com programas de bolsas trabalho-estudo em diferentes áreas de atuação – por exemplo, na formação de agentes culturais – melhorando as comunidades.

Dessa forma, podemos evitar a entrada precoce do jovem no mercado de trabalho e melhorando sua qualificação, abrindo as portas para seu ingresso na universidade, e dando outro destino àqueles que antes teriam como futuro ocupações precárias ou sua inserção no mundo do crime.

Em outra frente nosso governo vai criar no médio prazo um ciclo virtuoso de aumento de direitos, emprego, renda e arrecadação em que saúde, educação, cultura, assistência social e moradia serão direitos sociais - e não mercadorias! A ampliação destes direitos, oferecidos com qualidade pelo estado para o conjunto da população irá ampliar os postos de trabalho no estado e, conseqüentemente, aumentará a renda em circulação, que impulsiona a arrecadação do estado e a geração de novos empregos.

Vamos valorizar a agricultura familiar com a criação de coletivos produtivos e Comunidades que Sustentam a Agricultura e fortalecer incentivos para áreas de trabalho comum em cada região do estado

tais como o ecoturismo, a economia solidária, a produção têxtil comunitária, a indústria ecológica e produção artística comunitária de povos tradicionais.

## ***PROPOSTAS***

- Criar uma política estruturada de assistência e permanência estudantil para estudantes do ensino médio e técnico do estado, oferecendo bolsas de estágio e monitoria para atuação junto à escola e comunidade local para transferência de renda para o núcleo familiar do estudante;
- Reorganizar o Centro de Atendimento ao Trabalhador para auxiliar na orientação vocacional, democratização das oportunidades e intermediação das vagas, principalmente para: jovens, mulheres, pessoas com deficiência, negros e negras e comunidade LGBTI+;
- Incentivar a aplicação da Lei do Jovem Aprendiz e contratação de mulheres, negros e negras e LGBTI+ para combater a enorme diferença entre esses grupos no mundo do trabalho e estimular o uso do nome social nas esferas de trabalho;
- Priorizar compras nas licitações públicas de cooperativas e outras formas de associativismo popular, especialmente de alimentos orgânicos para a merenda escolar, dando preferência à produção local;
- Fomentar os circuitos curtos de comercialização e consumo a partir de iniciativas como as CSA (Comunidades que Sustentam a Agricultura), priorizando compras institucionais e acesso a recursos;
- Oferecer alimentação a setores vulnerabilizados oriunda de produções agrícolas familiares em modelo de CSA (Comunidades que Sustentam a Agricultura), com repasse mensal fixo aos produtores, que realizam entrega semanais dos produtos;
- Incentivar o associativismo na juventude e população LGBTI+, estimulando a criação de bancos comunitários, moedas sociais,

cooperativas de crédito consumo e produção autogeridas, baseadas no modelo da economia solidária;

- Financiamento do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição para estruturação dos planos intermunicipais de resíduos que contemplem a participação progressiva das cooperativas de catadores em todos os níveis da indústria da reciclagem;
- Ampliar os direitos sociais sob responsabilidade do Estado, com qualidade e valorização dos profissionais, priorizando a população que vive nas periferias. Integrar a população negra, LGBTI+ e pessoas com deficiência no serviço público e ampliar a política de combate à discriminação em locais de trabalho;
- Ampliação das linhas de financiamento específicas para jovens sem-terra e agricultores familiares, quilombolas, acompanhada de formação profissional para possibilitar a organização da produção no campo, estimulando uma perspectiva ecossocialista e agroecológica;
- Criação de programas de fiscalização para identificação das empresas que não respeitam os direitos das mulheres, pessoas com deficiência, negros e negras e LGBTI+.

## **MORADIA**

Morar é direito de todos os brasileiros garantido pela Constituição Federal, que também estabelece que as propriedades devam cumprir uma função social. Nas últimas décadas o governo estadual abandonou a política de moradia frente à existência do Programa Federal “Minha Casa Minha Vida”, que favoreceu a especulação imobiliária, os proprietários da terra e empresários da construção.

Precisamos incrementar uma política sergipana de moradia, diversificando as formas de provimento habitacional. O

estado precisa encarar um papel de coordenador da política habitacional entre cidades vizinhas e especialmente nas regiões metropolitanas, de forma a conter o avanço da mancha urbana e regular a especulação com o preço da terra.

A provisão habitacional deve ser diversificada. O acesso à casa própria não é a única forma de consolidação do direito a moradia e experiências de sucesso em aluguel social no Brasil tem sido registrada. Nossa proposta envolve criar condições para que os trabalhadores – principalmente os que ganham menos de três salários mínimos ou que tenham trabalhos precarizados – possam ter acesso à moradia.

Vamos enfrentar o problema das moradias em áreas de risco ou de proteção ambiental, de forma socialmente e ambientalmente responsável, mas que garanta o direito de moradia. Programas de reurbanização de periferias, canalização, saneamento básico, serão pensados nessa dupla dimensão.

Para nós a moradia será entendida como serviço público, permitindo desta forma, atender melhor populações mais vulneráveis como idosos, refugiados, vítimas de catástrofes e população em situação de rua, em geral excluídas dos programas de moradia tradicionais. Favorece ainda a variedade de tipologias habitacionais (dimensão e localização) e o melhor atendimento da diversidade de arranjos e composições familiares atuais, superando a padronização de habitações para casal com filhos.

O planejamento e as ações serão realizados de forma integrada. Não há moradia sem infraestrutura e mobilidade. Como um direito social fundamental, é preciso garantir, primeiro, o acesso a todos e a observação das normas de acessibilidade da ABNT (“desenho universal”) e do Decreto Federal 5296/04 nos projetos habitacionais e urbanos, nos ambientes internos e áreas comuns.

## **PROPOSTAS**

- Criar programas de habitação de interesse social para a baixa renda, garantindo não apenas financiamento e subsídio público, mas a diversificação das formas de provisão habitacional de acordo com as necessidades locais, contexto social, disponibilidade de terra e diferentes características dos municípios;
- Criar habitações coletivas para a juventude e incentivos de assistência moradia, principalmente para acolher jovens LGBTI+ expulsos de casa, pessoas com deficiência, mulheres, negros e negras;
- Implantar serviço público de assistência técnica gratuita com profissionais de diferentes formações junto às comunidades locais visando à produção de outras formas de viver, com qualificação de moradias, à regularização fundiária, apoio à autogestão e a produção coletiva;
- Urbanizar assentamentos precários, fazer a regularização urbanística e fundiária de favelas e loteamentos e ocupações consolidadas, focando no reconhecimento da posse;
- Recuperar a qualidade de vida nos bairros regenerando áreas abandonadas ou socialmente degradadas e investir na requalificação das habitações de interesse sociais já existentes, com ênfase na integração urbana à rede de serviços públicos da cidade;
- Extinguir a atual política de remoções, construindo um modelo de política habitacional que respeite o direito à integridade e inviolabilidade do domicílio. Suspensão dos despejos sem alternativa habitacional;
- Redução e controle dos preços de aluguel por meio de atuação no mercado de aluguéis e através de legislação própria, como o aluguel

social, onde o estado pode alugar casas com preço subsidiado controlando a oferta e demanda;

- Levantamento dos imóveis vagos de propriedade do Estado e elaboração de projetos de aproveitamento para construção de moradia social;
- Na cobrança aos grandes devedores do Estado, realizar negociações com pagamento em terra e imóveis urbanos, para fins de aproveitamento para moradia popular;
- Taxas de juros reais zero para financiamento habitacional popular, banimento da amortização via tabela PRICE e proibição da utilização do instrumento da alienação fiduciária nos contratos do estado.

## ***CULTURA***

Em uma sociedade desigual, a produção e a difusão de bens culturais tendem a reproduzir desigualdades como as que atualmente acontecem com os grandes empresários decidindo e realocando recursos dispensados para a cultura via renúncia fiscal. Em nosso governo isso irá mudar.

Será vital que o estado atue como indutor de processos via fomento direto em que a cultura será entendida como um direito social, cujo potencial emancipatório e inclusivo será promovido pelo estado, com democracia no acesso e no fomento à cultura, nos mais diversos espaços e territórios, sem prejuízo para a autonomia e a liberdade de expressão.

Faz-se necessária ampliação do investimento público em cultura com transversalidade entre as diferentes áreas, mecanismos de financiamento público de produções culturais, priorizando as produções

periféricas, da juventude, das mulheres, da negritude, da comunidade LGBTI+ e das pessoas com deficiência.

## ***PROPOSTAS***

- Fomentar a criação de pontos de cultura e outros espaços culturais e de lazer como bibliotecas, praças e teatros, prioritariamente em regiões periféricas e mais esvaziadas quanto aos equipamentos formais;
- Reversão do processo de desmonte das companhias artísticas vinculadas e mantidas pelo estado, colocando-os em circulação nas periferias e proteção da memória comum, com manutenção adequada de museus, biblioteca e monumentos;
- Ampliar escolas de iniciação artística nas diferentes regiões do estado e abrir os espaços escolares aos finais de semana, especialmente em localidades sem alternativas culturais, esportivas e de lazer;
- Resgatar a vocação original da TV Aperipê, recuperando seu viés civilizatório;
- Ampliação dos mecanismos de formação técnica e ampliação dos financiamentos para produção artística afro-brasileira;
- Fortalecimento da política dos Pontos de Cultura com fomento à constituição de espaços culturais periféricos com base territorial. Regulamentar de prazos de três anos – no mínimo – para cada ponto contemplado e metas de 1000 premiações anuais por edital;
- Edital estadual de fomento a iniciativas coletivas e projetos desenvolvidos por jovens, incluindo o incentivo à diversidade cultural e à

cultura periférica, com especial atenção aos indígenas, a negritude, a população LGBTI+ e mulheres;

- Pelo fim da criminalização e exclusão da cultura periférica e da sua diversidade que envolve saraus, batalhas de rima, a cultura rap, o samba-rock, novas estéticas produzidas pelo tecnobrega, o funk, a suingueira e outras. Fortalecer a diversidade étnica, social, de gênero e de orientação sexual;
- Fortalecer e dar visibilidade nos diferentes equipamentos de gestão estadual para as culturas: indígena, de matriz africana, caipira e caçara;
- Fomentar a circulação da produção cultural do estado, sobretudo a da juventude periférica com apoio a atividades itinerantes, em escolas, bibliotecas e demais equipamentos estaduais;
- Incentivo à ampliação de rádios e TVs comunitárias com alcance regional;
- Incentivo à acultura popular e folclore;
- Centros de produção cultural com ênfase em Web TV e rádios comunitárias (com trabalhadores comunitários- que morem na mesma zona);
- Fortalecimento das filarmônicas.

## ***ESPORTE E LAZER***

Em nosso programa vamos superar a ênfase nas práticas esportivas de alto rendimento – essencialmente competitivas – e valorizar o esporte, as práticas corporais e o lazer como um direito. Nessa escolha vemos a oportunidade de reverter a razão normativa que estabelece a inferiorização dos corpos das mulheres, que inibe a livre expressão da

diversidade sexual e reprime violentamente a presença de pessoas LGBTI+, além de reforçar estigmas racistas.

Nossa perspectiva de esporte, práticas corporais e lazer busca contribuir para o desenvolvimento do corpo como território de liberdades e superações, que sejam signos do combate à dominação social.

Nosso governo vai democratizar o acesso aos espaços públicos de lazer, estimulando seu uso por uma comunidade diversa de – LGBTI+, juventude, pessoas com deficiência, mulheres e negritude – recuperando a gestão direta e eficiente dos equipamentos públicos, estimulando a autogestão comunitária.

Os equipamentos existentes até então são centralizados, insuficientes e por vezes inadequados, desta forma nosso programa vai ampliar os equipamentos esportivos nas diferentes regiões do estado, decidindo em conjunto com os PLANOS REGIONAIS DE AÇÃO, de modo a reposicionar as políticas públicas para a inclusão de setores populares preteridos tanto socialmente quanto pela hegemonia sexista dos corpos atléticos.

## ***PROPOSTAS***

- Construir um Sistema Estadual de Esporte e Lazer, articulando práticas corporais e esportivas nos municípios fomentando estratégias e programas que não se restrinjam ao esporte de alto rendimento com orçamento amplamente maior para esporte de participação;
- Promover projetos de esporte e lazer que permitam a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que se referem às temáticas da história e cultura afro-brasileira e indígena, organizando eventos dos povos indígenas e das comunidades remanescentes dos quilombos;

- Promover projetos, atividades e práticas que resgatem tradições, festas, jogos e brincadeiras populares brasileiras;
- Promover junto aos movimentos LGBTs, discussões e projetos acerca das práticas esportivas e práticas de Lazer;
- Construir em cada equipamento e núcleo esportivo um grupo de reflexão crítica de maneira a desconstruir estereótipos racistas, sexistas, machistas e homofóbicos, tornando o esporte e as práticas corporais campo para superação e não reafirmação da violência;
  
- Auditar para finalização ou reorientação dos recursos, dos programas e projetos: 100% - Esporte para Todos, Academia do Ar Livre, Academia da Saúde, Programa VidAtiva, Bolsa Talento Esportivo e Esporte Social;
  
- Garantir que equipamentos, espaços e serviços culturais, esportivos e de lazer, públicos ou privados, sejam universalmente acessíveis a pessoas com deficiência e a qualquer pessoa, em termos arquitetônicos, tecnológicos, de comunicação e atitudinais;
  
- Adequar espaços públicos estaduais para eventos e festas organizados pela própria juventude local, garantindo suporte de mediação de conflitos e cuidado em redução de danos;
  
- Separar a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude em Secretaria das Juventudes e Secretaria de Esporte e Lazer e comprometer a maioria do orçamento desta com lazer e esporte de participação sendo que a parte menor deve ser voltada ao esporte de base.

## **PROTEÇÃO AMBIENTAL**

Um programa de governo que vise o bem estar da comunidade não pode estar dissociado das questões ambientais e deve trazer no seu bojo propostas que supram demandas que visem o equilíbrio entre o homem e a natureza. É por esta razão que apresentamos os itens a seguir.

“Garantir ao pobre o que é do pobre”- Regulamentação fundiária gratuita aos pobres;

“Retomada Urbana” - Política de moradia popular com saneamento básico com painel solar (desapropriação por função social dos terrenos e prédios com dívida maior do que o valor de mercado) encaminhar propostas visando revisar o conceito de família (com juventudes) usado nos programas de habitação popular;

Implementação de políticas públicas de distribuição de água potável e universalização do saneamento básico - proteção aos mananciais (fontes de água), revitalização do rio São Francisco, primeiro acesso a água nas residências.

Um programa de proteção ambiental calcificado nas propostas ecossocialistas e que se apresente contra a usina nuclear e termoeletrica e que construa alternativas sustentáveis para o lixo, usina de reciclagem e um sistema de coleta seletiva eficiente.

## **PROPOSTAS**

- Promover a manutenção da rede de água para diminuição das perdas na rede e a coleta e tratamento de esgoto para melhorar a qualidade dos corpos hídricos através do financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para concessionárias de saneamento;
- Investir na recuperação das matas ciliares para prevenir o assoreamento e no desassoreamento de rios e represas para aumentar o volume de reserva através do financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para Comitês de Bacias Hidrográficas;
- Garantir que municípios tenham regularidade e qualidade da coleta seletiva e que priorizem parcerias com cooperativas para gradativamente eliminarem os lixões;

- Garantir que todo o setor público estadual e dos municípios tenham práticas de produção mais limpa, isto é, que previnam a poluição, para a diminuição dos impactos socioambientais através de financiamento da Agência de Desenvolvimento;
- Manter os parques com gestão pública e participação popular. Garantir verba para seu funcionamento por meio dos órgãos públicos competentes;
- Estabelecer a meta: *ZERO DESMATAMENTO* através da Secretaria de Meio Ambiente (SMA) e promover a regularização fundiária de todas as comunidades tradicionais e acampamentos e também na zona urbana;
- Incentivar ações de educação ambiental que possam questionar hábitos alimentares que contribuem para a degradação ambiental através da Secretaria de Meio Ambiente;
- Financiar a agricultura orgânica e agroecológica através da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

## **TRANSPORTE**

Vamos diminuir gradativamente os custos das tarifas para o cidadão com a realização das licitações e a implantação do Bilhete Único Estadual que irá beneficiar toda a população do estado.

Priorizar o transporte coletivo em relação ao transporte individual. Isso significa um amplo investimento em transporte de massa – para ampliar no curto prazo as malhas de transporte metropolitano. Nós iremos criar e fortalecer corredores de ônibus metropolitanos que irão beneficiar o interior, a grande Aracaju, o litoral e também a capital.

A organização do transporte em nosso estado será realizada em conjunto com a população através dos Planos Regionais de

Ação, onde serão debatidas e criadas linhas metropolitanas e seus trajetos melhorando a qualidade da mobilidade urbana.

## **PROPOSTAS**

- Criar o Bilhete Único Estadual para ser usado em todas as linhas municipais e intermunicipais das diferentes cidades do estado;
- Implantar gradativamente a Tarifa Zero no sistema metropolitano, com prioridade para a juventude;
- Fortalecer o programa de segurança no trânsito, levando para todos os municípios do estado;
- Implementar política de acessibilidade plena no transporte coletivo para pessoas com deficiências à luz da legislação vigente e garantir a efetiva aplicação da legislação de acessibilidade em edificações de uso público e/ou multifamíliares e nos espaços urbanos.

## ***SEGURANÇA CIDADÃ***

Segurança pública é o resultado da articulação de diversas políticas sociais visando a defesa, garantia e a promoção da liberdade.

Um estado livre é o que se organiza em torno de uma cultura de direitos. É por isso que, no lugar de defender a imposição da ordem, acreditamos na promoção da liberdade para construirmos juntos uma sociedade mais segura.

Compreendemos que as políticas públicas de segurança devem estar sob o controle do poder popular sendo esse o nexo causal da sua eficiência. Esse poder popular é aqui compreendido como algo além do controle social institucional burocratizado de conselhos de segurança. É, na verdade, uma resposta direta à necessidade de transparência, Caminhos na trajetória de construir um sistema de justiça não punitivista, mas sim

restaurativo, inclusive para agentes do poder público. A maioria da criminalidade se liga a crimes não violentos como tráfico de drogas ilícitas e danos ao patrimônio, em sua maioria, pouco relevantes.

Temos que superar o modelo de "guerra às drogas" no tratamento da questão. Desta maneira apontaremos desde já que é necessária a revisão da legislação sobre consumo de drogas que determina a necessidade carcerária.

Pensar uma sociedade livre está muito além de pensar em segurança, apesar de este aspecto ser fundamental. Liberdade é nosso direito fundamental, principalmente à existência, é ter condições de escolher sobre a própria vida, de ter sua dignidade respeitada, combatendo o preconceito e a discriminação em suas expressões violentas, é tomar como pressuposto que ser jovem, mulher, negra ou negro, ser LGBTI+, é ter o direito de ser respeitado.

## **PROPOSTAS**

- Implantar a Agenda Estadual de Desencarceramento em Massa com garantia de audiências de custódia e acompanhamento de andamento de processos de pessoas em Centros de Detenção Provisória, por meio da utilização dos recursos da Defensoria Pública e Tribunal de Justiça associada a política de apoio a egressos, no sentido de evitar a reincidência;
- Avaliar o trabalho policial com base em indicadores e metas de redução de crimes violentos e vincular os indicadores operacionais a esses indicadores criminais, focando a atuação policial na resolução de crimes violentos, devidamente instrumentalizada por mecanismos que acelerem a investigação de crimes como os perpetrados contra a população LGBTI+;

- Fortalecer políticas públicas para consumo de drogas em todas as áreas governamentais de forma integrada com prefeituras norteando, pela Redução de Danos, a prática de serviços das Redes de Atenção Psicossocial territorializadas de base comunitária negando o cuidado asilar de privação de liberdade;
- Focar investigações sobre tráfico de drogas e armas rastreando sistematicamente armamentos e munições, visando diminuir o poder de fogo de grupos organizados e, confiscando e estatizando todos os bens quando localizados;
- Implantar o regime de penas alternativas a microtraficantes rompendo a trajetória infracional e apoiando a descriminalização do uso e porte para uso pessoal, bem como criar políticas para restauração das trajetórias de vida de jovens envolvidos com economias ilegais;
- Investir em políticas sociais e urbanas nos territórios alvo do tráfico de drogas e de outros tipos de violência, pautada sempre pela determinação geral de necessidades das pessoas que constituam o território, em especial usuários;
- Barrar a privatização de presídios, visto que esse modelo não apresentou nenhuma melhora no Brasil nem em outros países, pois perpetuou a superlotação, os maus-tratos, as rebeliões e a precariedade no atendimento à saúde, interessando apenas aos que lucram com o cárcere;
- Implementar a constituição policial com modernização estrutural e criação programa específico voltado a agentes de segurança pública e suas famílias vítimas de violência, vinculado ao SUS e ao programa de proteção a testemunhas e pessoas ameaçadas;

- Ampliar a garantia de cuidados e proteção dos agentes de segurança pública estaduais;
- Investimento em programas de ressocialização e reinserção no mercado de trabalho de pessoas egressas do sistema prisional, singularizado respeitando necessidades específicas de cada grupo, como a população LGBTI+;
- Efetivação das normativas que disciplinam o acompanhamento psicossocial especializado às pessoas LGBTI+ vítimas de violências, promovendo a criação dos Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTI+ e o fortalecimento dos CAPS, CRAS, CREAS, casas de apoio, Centro POP e demais instituições da rede já existentes nos municípios do estado;
- Reestruturar as forças policiais estaduais em acordo com suas atribuições constitucionais, sendo certo que o debate acerca do “ciclo completo” de policiamento só deve ser pautado se introduzido em um debate amplo com premissa básica a desmilitarização;
- Oferecer cursos de capacitação e de formação continuada aos policiais civis e militares relacionados a atividades de gestão e administração da instituição e práticas comunitárias, como também no treinamento contínuo de defesa pessoal e tiro policial;
- Criação do Observatório Estadual e fomentos a observatórios municipais – com poder popular e participação LGBTI+ - que tenham como objetivo mapear a violência contra as pessoas LGBTI+ para geração, registro e disseminação de dados;
- Criação de um sistema público de informação integrado entre as entidades de segurança pública para registro de boletins de ocorrência, inclusive de violência via redes sociais;

- Garantia do atendimento 24 horas em delegacias da mulher a todas, inclusive a mulheres transexuais e travestis, bem como criação de delegacias e unidades policiais especializadas em violência LGBTfóbica organizadas por um Núcleo de Atendimento Policial a pessoas LGBTI+;
- Elaboração de programas de treinamento de agentes penitenciários para enfrentamento da violência à população LGBTI+ encarcerada, especialmente mulheres e homens transexuais e travestis;
- Fundação de Sistema Estadual de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra população LGBTI+ e fomento á adesão municipal expandindo o acesso ao formulário de notificação compulsória de violência para situações contra as pessoas LGBTI+, obrigatório em órgãos públicos;
- Incentivar e fomentar a aplicação da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio para a proteção de mulheres transexuais e travestis, centralmente as negras, independentemente dos registros civis e da realização de procedimentos médicos de feminilização;
- Criação de Unidades de Acolhimento que atendam às especificidades da população LGBTI+, que compreendam crimes e violações de direitos específicas que sofrem travestis e transexuais, priorizando o atendimento e respeitando a Identidade de Gênero;
- Instalação do Programa “Juventude quer Viver”, aliado aos municípios, Ministério Público, Polícia Civil e Militar com foco em proteção social e intervenção estratégica a partir de mapeamento de mortes da juventude, priorizando focos de homicídios e suicídios das juventudes;
- Ampliar a participação popular nas decisões que envolvam a segurança dos bairros e comunidades, reestruturando a estratégia de participação pública na política de segurança, através do fortalecimento e democratização do Conselho de Segurança Pública do Estado de Sergipe, que terá funções consultivas e deliberativas, de articulação, informação e cooperação entre todas as entidades que, na área do estado, possam intervir ou se envolver na prevenção e na melhoria da segurança da população;

- Investir no aperfeiçoamento da produção de dados sobre violência urbana e rural, com a organização, integração e sistematização dos bancos de dados estatais;
- Promover a investigação e combate ao tráfico de armas, munições e explosivos;
- Implementar um novo modelo de polícia mediante a reformulação dos atuais estatutos, a reordenação de suas prioridades estratégicas (com foco, por exemplo, na diminuição dos índices de homicídios e estupros), a reestruturação das técnicas de treinamento, e a elaboração de uma formação democrática fundamentada na promoção da democracia, na garantia de direitos e na defesa das liberdades;
- Valorizar os servidores da segurança pública, garantindo um plano de cargos e salário digno, melhores condições de trabalho;
- Organizar um controle externo efetivo das atividades policiais, prisionais e socioeducativas (ouvidorias independentes e corregedorias independentes, administrativamente desvinculadas da Secretaria de Estado de Segurança, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária;
- Reverter o processo de terceirização de serviços e privatização do sistema prisional de Sergipe, na defesa de uma administração pública voltada para a defesa, promoção e garantia da dignidade dos presos;
- Promover, em cooperação com o Poder Judiciário, o fim da aplicação do mandado de busca e apreensão genérico/coletivo;
- Trabalhar para aumentar o acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo e implementar programas de prevenção primária para a juventude e suas famílias em conjunto com as demais secretarias (programas de acesso a atividades culturais e esportivas, educação e qualificação profissional, geração de trabalho, emprego e renda, saúde, etc);
- Investir em programas de prevenção da exploração sexual infanto-juvenil.

## **A LUTA CONTRA AS OPRESSÕES DEVE SER DE TODOS**

Consolidar políticas públicas para os setores explorados e oprimidos da classe trabalhadora e da juventude, que vem cada vez mais se colocando em movimento contra as diversas formas de opressão e exploração que sofrem cotidianamente.

É comum entre setores da esquerda a localização da luta contra as opressões como meros apêndices em seus programas, como se fossem simples acessórios para "incluir" as mulheres, negros e negras e a população LGBT na política. Acreditamos que a luta contra as opressões deve estar diretamente ligada ao projeto de poder da classe da trabalhadora que o partido apresente à sociedade.

Compreendemos que a emancipação dos setores oprimidos será conquista de suas próprias lutas. Para tanto, o PSOL deve incentivar a auto-organização dos setores de trabalhadores oprimidos da sociedade, visando o protagonismo das mulheres, negras e negros e LGBT.

Queremos um modelo de gestão democrático, descentralizado e intersetorial que considere os fatores culturais e econômicos e cada território e organize os serviços e benefícios assistenciais de acordo com o grau de complexidade de cada caso, visando a superação de situações de vulnerabilidade social. Defendemos o resgate dos princípios do SUAS e a promoção de uma política assistencial pública, gratuita, integral e universal.

Prioridades e compromissos:

Implementar um Programa de Assistência Social que garanta a integração da Rede de Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, com a Rede de Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. Apoiar as modalidades de acolhimento institucional (Casa de Passagem, abrigo, casa-lar)

nos parâmetros das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, garantindo a brevidade e excepcionalidade da medida;

Desenvolver estratégias de articulação técnica e planejamento territorial com outras secretarias, como Cultura, Habitação, Trabalho, Educação etc.;

Criar imediatamente uma força-tarefa, articulando a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Saúde, para fiscalizar e analisar a execução de convênios e contratos administrativos de abrigos privados que recebam subvenções públicas do Governo do Estado;

Integrar os abrigos dos municípios localizados no estado aos equipamentos de saúde, educação pública, cultura e geração de renda da rede estadual;

Iniciar uma campanha de revalorização do serviço social no âmbito do Estado, em todas as políticas públicas estaduais, buscando parcerias com os respectivos conselhos profissionais e sindicatos das categorias;

Desenvolver uma política estadual de educação sexual, apoio psicológico e social às mães e aos pais adolescentes e suas famílias;

Promover, em parceria com as prefeituras do estado, uma política de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, buscando a capacitação permanente de seus quadros, uma melhor distribuição conforme a população e indicadores sociais de cada município, um reajuste justo da remuneração, reformas das instalações físicas, aquisição de equipamentos de informática, carro, contratação de equipe de suporte (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos), criação de programas e cursos de capacitação técnica permanente, bem como a organização de encontros estaduais para promover a troca de experiências e a articulação em rede;

Investir nos programas de família acolhedora e repúblicas para jovens como medida alternativa à institucionalização;

Pactuar uma política como Ministério Público, a Vara da Infância e Juventude e os Conselhos Tutelares, que garanta a excepcionalidade na aplicação e a brevidade no cumprimento da medida de acolhimento institucional;

Implementar uma Política Estadual de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), o Conselho Regional de Assistência Social (CRESS) e o Conselho Regional de Psicologia (CRP);

Implementar um Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), com o Conselho Regional de Assistência Social (CRESS) e com o Conselho Regional de Psicologia (CRP).